

SUMÁRIO

Apresentação da <i>Coleção Informativos Comentados</i>	13
--	----

Código de Processo Penal

Capítulo I

PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS	17
1. Princípio da inviolabilidade do domicílio (artigo 5º, inciso XI, da CRFB/88)	17
1.1. Escritório de advocacia	17
2. Princípio da inviolabilidade da correspondência e das comunicações telegráficas de dados e telefonia (artigo 5º, inciso XII, da CRFB/88).....	18
2.1. “Internet Protocol” (IP).....	18
3. Princípio do juiz natural (artigo 5º, incisos XXXVII e LIII, da CRFB/88).....	19
3.1. Juizes convocados	19
3.2. Criação de vara especializada	21
3.3. Delegação de ato processual	22
4. Princípio do devido processo legal (artigo 5º, inciso LIV, da CRFB/88) ...	23
4.1. Direito de presença.....	23
4.2. Defesa técnica	24
5. Princípio do promotor natural (artigo 5º, inciso LIV, da CRFB/88).....	26
6. Princípio da ampla defesa (artigo 5º, inciso LV, da CRFB/88).....	28
6.1. Realização liminar de diligências sem a ciência prévia da defesa	28
7. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas (artigo 5º, LVI, da CRFB/88)	29
7.1. Prova ilícita por derivação	29
8. Princípio da publicidade (artigo 5º, LX, da CRFB/88).....	30
8.1. Delação premiada.....	30
9. Princípio da identidade física do juiz (artigo 399, § 2º, do CPP)	31

Capítulo II

INQUÉRITO POLICIAL	33
1. Suspensão.....	33
2. Arquivamento	34
2.1. Arquivamento implícito	34
3. Titularidade do poder investigatório	35
4. Direito de vista.....	37
5. Excesso de prazo.....	38

Capítulo III	
AÇÃO PENAL	41
1. Espécies.....	41
1.1. Ação penal pública.....	41
1.1.1. Recebimento de denúncia baseada em notícia-crime	41
1.1.2. Arquivamento	42
1.1.3. Denúncia genérica e geral.....	43
Capítulo IV	
COMPETÊNCIA	49
1. A competência no Código de Processo Penal	49
1.1. Critério de fixação da competência da Justiça Federal	49
1.2. Conexão	51
1.2.1. Conexão entre crime federal (prescrito) e estadual	51
1.2.2. Conexão entre crime de homicídio e crime de remoção de órgãos.....	52
1.2.3. Conexão entre crime de lavagem de dinheiro e tráfico nacional de drogas	53
1.3. Prerrogativa de função	55
1.3.1. Concurso de pessoas em crime contra a vida (artigo 80, do CPP).....	55
1.3.2. Requisitos	57
2. A competência no Código Penal	60
2.1. Redução à condição análoga à de escravo (artigo 149)	60
2.2. Sonegação de correspondência (artigo 151, § 1º, inciso I)	61
2.3. Furto mediante fraude eletrônica (artigo 155)	61
2.4. Roubo de casa lotérica (artigo 157)	63
2.5. Medicamento importado sem registro junto a ANVISA (artigo 273, § 1º-A e B)	63
2.6. Papel moeda falso (artigo 289, § 1º)	64
2.7. Uso indevido de Brasão da República (artigo 296, § 1º, inciso III)..	65
2.8. Crime de falsidade ideológica (artigo 299, do CP).....	65
2.8.1. Falsificação de assinatura de engenheiro	65
2.8.2. Crime de uso de documento falso (artigo 304, do CPP).....	66
2.8.2.1. Utilização de certidão Negativa de Débito (CND) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e declaração de imposto de renda falsa.....	66
2.9. Adulteração de sinal identificador de veículo (artigo 311)	68
3. A competência na legislação extravagante	69
3.1. Execução penal (Lei 7.210/84)	69
3.2. Crimes financeiros (Lei 7.492/86)	69
3.2.1. Artigos 4º, 6º e 10	69
3.2.2. Evasão de divisas (artigo 22, parágrafo único).....	71

SUMÁRIO

3.2.3. Artigo 26.....	71
3.3. Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	73
3.3.1. Veiculação de imagens pornográficas de crianças e adolescentes na internet (artigo 241)	73
3.4. Crimes econômicos (Lei 8.137/90).....	75
3.4.1. Venda de combustível adulterado	75
3.5. Lei 8.666/93	76
3.5.1. Desvio de verbas públicas federais.....	76
3.6. Lei 9.296/96	77
3.6.1. Crime de interceptação telefônica sem autorização judicial (artigo 10)	77
3.6.2. Transcrições dos diálogos.....	78
3.7. Crime ambiental (Lei 9.605/97).....	78
3.7.1. Meio ambiente natural	78
3.7.1.1. Poluição de rio que atravessa mais de um Estado.....	78
3.7.1.2. Desmatamento da floresta amazônica em propriedade particular	79
3.7.2. Meio ambiente cultural	80
3.7.2.1. Furto de obras de arte tombadas pelo IPHAN	80
Capítulo V	
QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	83
1. Restituição das coisas apreendidas	83
1.1. Bens apreendidos	83
1.2. Passaporte.....	85
Capítulo VI	
MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	87
1. Princípio da taxatividade das medidas cautelares.....	87
2. Extensão da busca e apreensão	88
3. Indeferimento da realização do exame de insanidade mental.....	89
Capítulo VII	
PROVAS	91
1. Teoria geral	91
1.1. Prova emprestada	91
1.2. Gravação ambiental promovida por interlocutor	92
1.3. Produção antecipada de provas	94
1.4. Denúncia anônima.....	95
2. Interrogatório	100
2.1. Natureza jurídica	100
2.2. Reperguntas.....	102
2.3. Interrogatório por videoconferência.....	105

2.5. Realização de um único interrogatório para vários processos conexos	109
2.6. Estrangeiro	110
3. Provas em espécie	113
3.1. Prova pericial	113
3.1.1. Teoria geral	113
3.1.2. Crimes em espécie	114
3.1.2.1. Crime de roubo majorado mediante o emprego de arma	114
3.1.2.2. Crime de exposição ou depósito de produtos destinados à venda com prazo de validade vencido (artigo 7º, inciso IX, da Lei 8.137/90)	117
3.2. Prova testemunhal	118
3.2.1. Oitiva de membro do Ministério Público oficiante	118
3.2.2. Oitiva de co-réus delator	120
3.2.3. Substituição de testemunha	121
3.2.4. Inquirição das testemunhas (artigo 212, do CPP)	122
3.2.5. Parlamentar e recusa (artigo 221)	125
3.2.6. Expedição de carta rogatória (artigo 222-A)	127
3.2.7. Fundamentação e direito a prova	128

Capítulo VIII

SUJEITOS DO PROCESSO	131
1. Juiz	131
2. Ministério Público	134
2.1. Legitimidade do órgão do Ministério Público de primeira instância para atuar perante o STF	134
2.2. Capitulação dos fatos	136
2.3. Audiência de instrução e julgamento realizada sem a presença do representante do Ministério Público	138

Capítulo IX

PRISÃO CAUTELAR	141
1. Princípios da necessidade e da fundamentação, e seus requisitos	141
1.1. Ausência de necessidade	144
1.1.1. Temor das testemunhas, não-comparecimento do acusado a seu interrogatório, acusado morador de rua e acusado foragido	144
1.2. Presença de necessidade	147
1.2.1. Definição de “garantir a ordem pública”	147
1.2.2. Dúvida da identidade do acusado	150
1.3. Presença de circunstâncias subjetivas favoráveis e desfavoráveis ao acusado	150

SUMÁRIO

2. Excesso de prazo	153
3. Decretações sucessivas	155
Capítulo X	
LIBERDADE PROVISÓRIA	159
1. Leis 8.072/90 e 11.343/06	159
Capítulo XI	
CITAÇÃO E INTIMAÇÃO	163
1. Ausência de citação válida	163
2. Ausência de intimação do defensor público ou dativo	164
3. Ausência de intimação para apresentação de defesa prévia	165
Capítulo XII	
PROCEDIMENTO	167
1. Procedimento do Tribunal do Júri	167
1.1. Princípio da <i>ne reformatio in pejus</i> indireta	167
1.2. Participação de jurado menor de 21 anos	169
1.3. Exibição de filme e parcialidade dos jurados	169
1.4. Ausência de alegações finais	170
1.5. Inovação da tese de defesa na réplica	172
1.6. Princípio da soberania dos veredictos	172
1.7. Pronúncia e excesso de linguagem	173
2. Procedimento nos crimes funcionais	175
2.1. Defesa preliminar (artigo 514, do CPP)	175
2.1.1. Inobservância do rito	175
2.1.2. Abrangência	178
2.1.3. Limitação	179
Capítulo XIII	
NULIDADES	181
1. Princípio do prejuízo e da oportunidade	181
Capítulo XIV	
DOS RECURSOS	185
1. Teoria geral dos recursos	185
1.1. Direito de recorrer em liberdade (artigo 594, do CPP)	185
1.2. Princípio da taxatividade	187
1.2.1. Criação de recurso pelo Código de Organização Judiciária ...	187
1.2.2. Correição parcial	188
1.3. Princípio do <i>ne reformatio in pejus</i>	189
1.3.1. Julgamento por magistrado incompetente	189
1.4. Apelação deserta (artigo 595, do CPP)	190

1.5. Sustentação oral	191
1.5.1. Membro do Ministério Público.....	191
1.5.2. Parte	192
2. Recursos em espécie	193
2.1. Protesto por novo júri.....	193
2.1.1. Reforma processual (Lei 11.689/08).....	193
2.2. <i>Habeas corpus</i>	194
2.2.1. Conversão da natureza jurídica.....	194
2.2.2. Pessoa jurídica como paciente	195

Legislação extravagante

Capítulo I	
LEI 9.034/95	199
1. Ação controlada	199
Capítulo II	
LEI 9.099/95	201
1. Competência (artigo 60)	201
2. Transação penal (artigo 76).....	202
2.1. Desclassificação de crime comum para de menor potencial ofensivo	202
3. Suspensão condicional do processo (artigo 89).....	203
3.1. Momento	203
3.2. Revogação	204
3.3. Concurso de crimes.....	205
Capítulo III	
LEI 9.296/96 (INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA)	207
1. Requisitos.....	207
2. Limitação temporal	210
Capítulo IV	
LEI 9.503/97 (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO)	213
1. “Bafômetro”	213
Capítulo V	
LEI 11.343/06 (LEI DE DROGAS)	215
1. Interrogatório pré-processual	215
2. Constitucionalidade do artigo 44	216
3. Defesa prévia (artigo 55)	219

SUMÁRIO

Capítulo VI	
LEI 11.340/06 (LEI MARIA DA PENHA)	223
1. Abrangência (artigo 5º).....	223
2. Representação e natureza jurídica da ação penal.....	224
3. Competência	226
QUESTÕES DE CONCURSOS	
COM BASE NOS INFORMATIVOS	231

